

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS: TIPOS DE USO E MANEJO

Thalis Leandro Bezerra de Lima (1); Joellyson Ferreira da Silva Borba (2); Dihego de Souza Pessoa (1); Viviane Farias Silva (1); Vera Lúcia Antunes de Lima (1)

(1) *Universidade Federal de Campina Grande; thallisma@gmail.com, dihegopessoa@hotmail.com, flordeformosur@hotmail.com, antuneslima@gmail.com*

(2) *Universidade Estadual da Paraíba; joellysonuepb@gmail.com*

RESUMO: A instalação de unidades de conservação é uma estratégia de conservação que procura preservar a diversidade e a interação entre as formas de vida presente na natureza, onde o próprio desenvolvimento territorial possui suas próprias características relativas aos fatores ambientais como clima, limites, extrativismo e ocupação. Nesse contexto, a presente pesquisa foi realizada objetivando-se avaliar o uso e manejo de unidade de conservação de áreas protegidas. Informações obtidas no banco de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) edição 2017, na área de biodiversidade, analisando o número e a área das unidades de conservação brasileira, por nível de governo responsável, tipo de uso e categoria de manejo no ano de 2013 a 2016, disponível pelo sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, com auxílio do Excel para geração de gráficos. O aumento das Unidades de Conservação (UC's) são notáveis no decorrer dos anos, conforme Figura 1, a constatação de que o tipo de uso e manejo mais comum é o uso sustentável, com acréscimo de 13,8% em 3 anos. Também, nas instâncias federais e estaduais são evidenciadas quantidades significativas do uso sustentável de UC's, além de possuir maior difusão e aplicabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas ambientais, instâncias governamentais, uso sustentável.

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no artigo 2º do seu regimento define unidade de conservação como uma área ou espaço territorial que contém todos os seus recursos ambientais naturalmente inseridos e protegidos, somado até às águas de poder jurídico que possam atravessar tais áreas, sendo relevantes as características naturais destas unidades, cujo objetivos são de conservar e limitar o uso dos seus recursos, com legitimidade do Poder do Estado, e com as garantias necessárias para a sua proteção (BRASIL, 2000).

O SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grupos:

- **UC de Proteção Integral:** Cujo objetivo é o de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico. (art. 2º, VI).
- **UC de Uso Sustentável:** Visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais conciliando a presença humana nas áreas. (art. 7º, § 2º).

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

As UC de Proteção Integral são divididas em cinco categorias: Estações Ecológicas (ESEC); Reservas Biológicas (REBIO); Parques Naturais (PARNA); Monumentos Naturais (MONAT) e Refúgios de Vida Silvestre (RVS). Enquanto que as UC de Uso Sustentável, dividem-se em: Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FN), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Extrativista (RE), Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Com a alta capacidade de consumo dos recursos naturais pelas indústrias e pelo consumo atuais são identificados problemas quanto ao poder de renovação da natureza em repor naturalmente seu espaço ou mesmo a forma como ela lida com os resíduos depositados. Nesse sentido, a diversidade biológica do planeta Terra é ameaçada pela perda de áreas naturalmente protegidas para a vida de fauna e flora, e ainda a própria divisão e separação dos habitats naturais em áreas cada vez mais reduzidas e isoladas ao redor do mundo. Isso acarreta na dificuldade de movimentação de vida e troca de genes que são requisitos para o dinamismo das espécies e biosistemas quanto ao padrão de evolução naturalmente esperado (UICN, 2000). Por isso, a instalação de unidades de conservação é uma estratégia de conservação que procura preservar a diversidade e a interação entre as formas de vida presente na natureza, onde o próprio desenvolvimento territorial possui suas próprias características relativas aos fatores ambientais como clima, limites, extrativismo e ocupação (DELELIS et al., 2010).

O conhecimento das informações de cada área ou bioma estudado e avaliado periodicamente através de ferramentas de acompanhamento são instrumentos importantes para os órgãos gestores, como o próprio governo, na maioria das vezes, para as escolhas de desenvolvimento do país no tocante à utilização dos recursos naturais, a proteção da fauna e flora nacional e os estudos que deles se desenvolvem. O conhecimento de como cada unidade de conservação atua no sentido por inteiro de interação com a vizinhança é interessante no ponto de identificação de identidade natural, cultural e mecanismo para o desenvolvimento industrial e de tecnologia (HOCKINGS et al., 2008).

A conservação da diversidade de vida no globo como um todo levantou sua bandeira mais alta para a atenção da sociedade moderna devido ao alto impacto na transformação e destruição da paisagem da crosta terrestre, de modo que o aumento da conscientização em proteger áreas e unidades estratégicas representam um dos grandes esforços e desafios a serem vencidos para a sustentabilidade dos recursos naturais que condicionam a própria sobrevivência

humana e o bem-estar das nações (HOROWITZ, 2003).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) adotado pelo governo brasileiro atua como um instrumento que procura dar direções para o planejamento gestor de políticas de desenvolvimento e extrativismo em acordo com as características de cada área específica de proteção que varia de bioma para bioma, de acordo com as suas condições naturais. Possui princípios e diretrizes que tendem ao alcance de objetivos para um sistema de áreas protegidas que possuam representatividade ecológica, seja de áreas terrestres ou aquáticas no seu sentido amplo de integração com todo o território de governo (MACIEL, 2007).

O IBAMA (2007) ainda cita pontos e objetivos para as unidades de conservação e áreas de proteção no desenvolvimento do planejamento de instalação, os quais incluem o projeto legal e jurídico no tombamento de preservação ambiental, os recursos naturais que podem ou não ser extraídos, o monitoramento e quais destes são mais relevantes para estudos e pesquisas tecnológicos, os produtos que serão obtidos como resultados e que serviços visam ser oferecidos para a comunidade vizinha inserida no contexto regional e no âmbito nacional.

A avaliação das unidades de conservação inclui tópicos e parâmetros que procuram identificar se o sistema da unidade de conservação é apropriado, se deve ser dividido em novas áreas ou mesmo ampliado. A integridade da área no seu aspecto integral, a manutenção dos processos biológicos da biologia inserida, possíveis ameaças, desastres e impactos que possam atingir a unidade de conservação somado a como a gestão governamental deve atuar na proteção ambiental são os aspectos mais importantes que garantem o uso de unidades territoriais com características ecológicas importantes (LEDERMAN, 2010).

Nesse contexto, a presente pesquisa foi realizada objetivando-se avaliar o uso e manejo de unidade de conservação de áreas protegidas.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado em toda a área de abrangência brasileira, sendo as informações obtidas no banco de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) edição 2017, na área de biodiversidade, analisando o número e a área das unidades de conservação brasileira, por nível de governo responsável, tipo de uso e categoria de manejo no ano de 2013 a 2016,

disponível pelo sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Através do programa Excel foram gerados gráficos a partir dos dados obtidos para a análise comparativa dos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aumento das Unidades de Conservação (UC's) são notáveis no decorrer dos anos, conforme Figura 1, a constatação de que o tipo de uso e manejo mais comum é o uso sustentável. No ano de 2013 observa-se que o uso sustentável teve acréscimo de aproximadamente 118,9% em relação a proteção integral, em 2014 foi de 132,14%, 124,9% (2015) e 2016 com 119,02%. Analisando o aumento da proteção integral do ano de 2013 a 2016 houve acréscimos de 13,77%, e já para uso sustentável foi 13,8%.



Figura 1. Tipos de uso da Unidade de Conservação do ano de 2013 a 2016 (unidades).

Verificando a proteção integral, observa-se na Figura 2, que é crescente o aumento de unidade de conservação para proteção integral com maiores índices para a proteção integral – Parque Nacional/ Estadual/Municipal. Do ano de 2013 a 2016 houve crescimento em unidade de conservação para proteção integral com maior elevação para proteção integral, sendo Refúgio da vida silvestre com 33,33%, 16,8% para parque Federal/Estadual/Municipal, 10%

para Monumento Natural, 8,7% na Estação Ecológica e, com menor índice (1,05%), a Reserva Biológica.

Monumento Natural, segundo a UC-ISA (2018) relata é que este tipo de unidade de conservação é para preservação de sítios naturais raros, cujas seguintes unidades de conservação incluídas nesta categoria como exemplo o Arquipélago de São Pedro e São Paulo (4.726.318 ha) e Rio São Francisco (26.715 ha).

Uma das unidades de conservação mais antiga na categoria Reserva Biológica (REBIO) foi criada no ano de 1961, a UC Jarú, com área de 353.335 ha, sendo a instância Federal a responsável. No ano de 2016 foi criada a REBIO Manicoré, com área de 359.063 ha (UC-ISA, 2018).

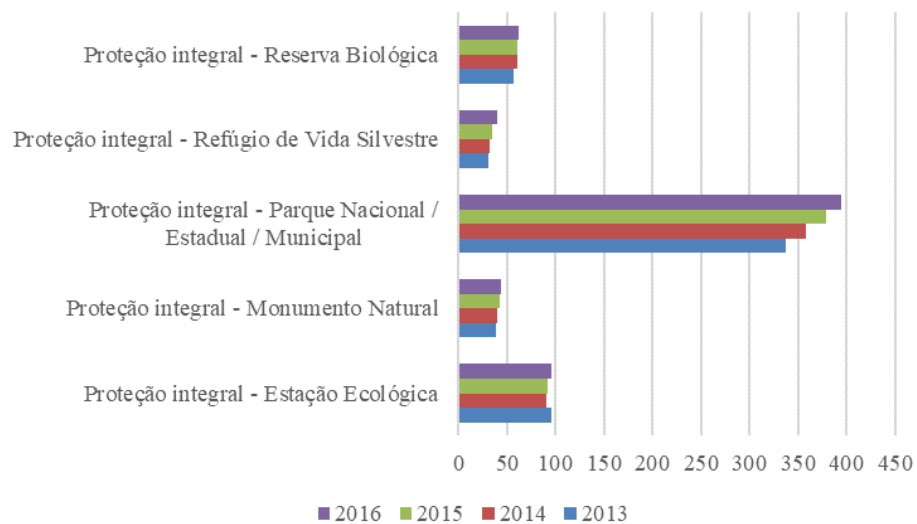


Figura 2. Tipos de proteção integral da Unidade de Conservação do ano de 2013 a 2016 (unidades).

O uso sustentável teve um acréscimo significativo na quantidade de unidade de conservação, ao observar a Figura 3, constata-se número relevante do ano de 2013 a 2016, com elevação de 18,3% na UC Reserva Particular do Patrimônio Natural. Na área de proteção Ambiental o índice de elevação foi de 11,4%, de 2013 a 2016. Não foi identificado dados de Reserva de Fauna.

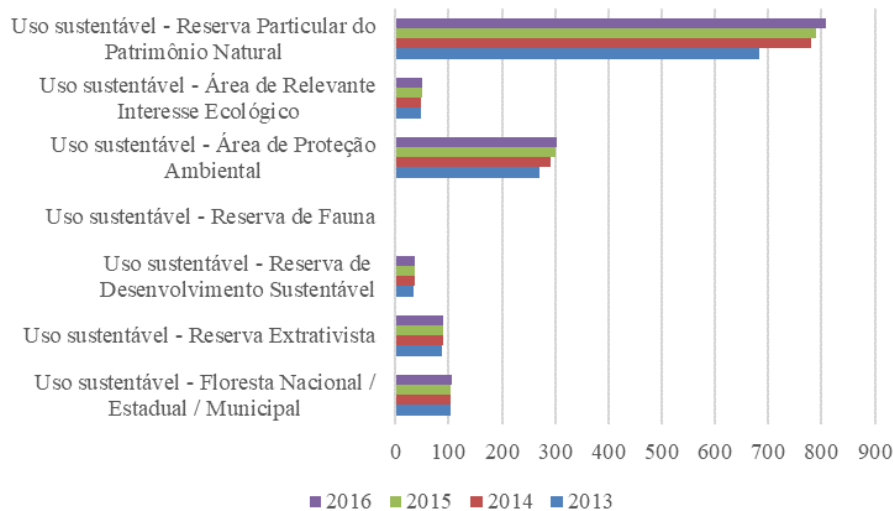


Figura 3. Tipos de uso sustentável da Unidade de Conservação do ano de 2013 a 2016 (unidades).

Conforme Figura 4, constata-se que o uso sustentável e de Reserva Particular do Patrimônio Natural possuem maiores quantidades de unidade de conservação nestas categorias tendo como instituição responsável o órgão federal, em todos os anos analisados.

Algumas UC's que são de responsabilidade federal, segundo a UC-ISA (2018) na categoria REBIO são as unidades de conservação Abufari, Atol das Rocas, Augusto Ruschi, Contagem, na categoria Área de Preservação Permanente (APA) tem como exemplo a Anhotomirim, Arquipelago de Trindade e Martin Vaz, Boqueirão da Onça, entre outros que estão listados e de igual importância ambiental.

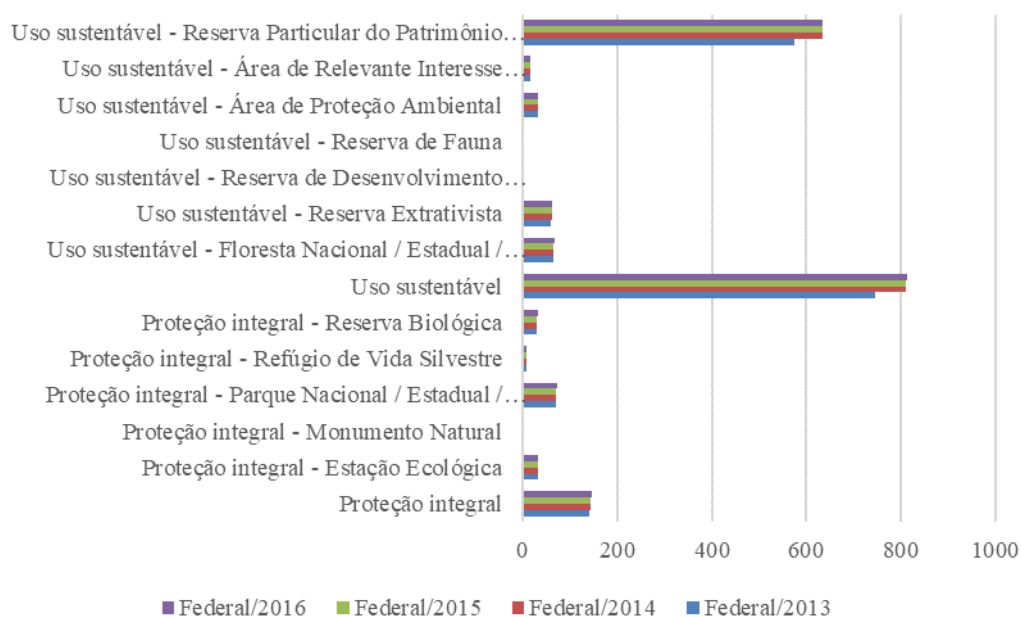


Figura 4. Tipos de uso sustentável da Unidade de Conservação do ano de 2013 a 2016 no órgão federal (unidades).

O órgão Estadual (Figura 5) é responsável por unidades de conservação categorizado principalmente por uso sustentável e proteção integral, sendo crescente a quantidade de unidades de conservação, quando se observam os anos de 2013 a 2016.

Na área de relevante interesse ecológico (ARIE) tendo a instância responsável o Estado evidencia-se a UC Japiim-Petencoste com área de 25.000 ha, criada em 2009, segundo a UC-ISA (2018).

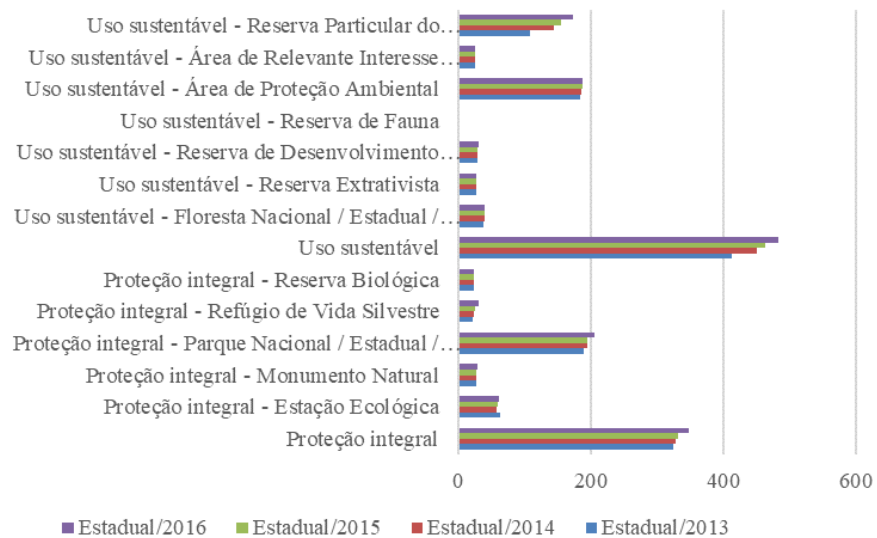


Figura 5. Tipos de uso sustentável da Unidade de Conservação do ano de 2013 a 2016 no órgão estadual (unidades).

Destaca-se na Figura 6, quatro (4) categorias de tipo de uso e manejo das unidades de conservação na responsabilidade estadual, sendo: Proteção integral, Proteção integral - Parque Nacional/Estadual/Municipal, Uso sustentável e Uso sustentável - Área de Proteção Ambiental. Com valores crescentes na quantidade de UC's criadas desde o ano de 2013 até 2016.

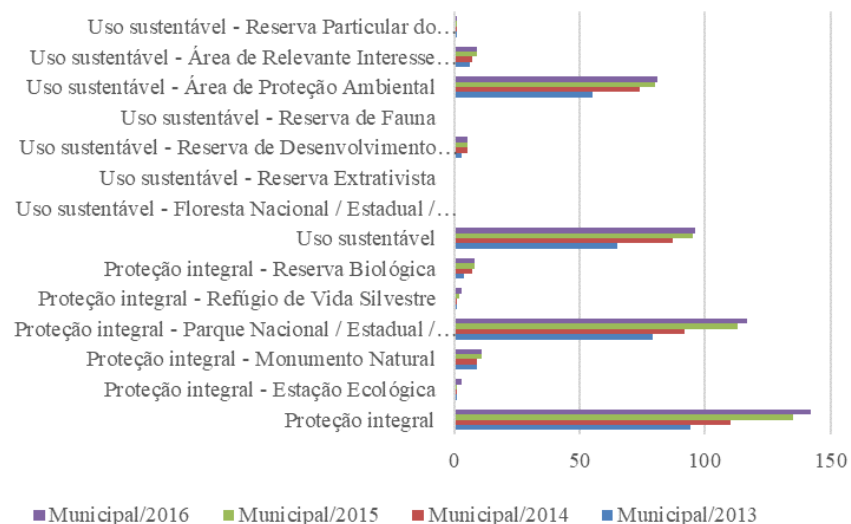


Figura 6. Tipos de uso sustentável da Unidade de conservação do ano de 2013 a 2016 no órgão Municipal (unidades).

CONCLUSÃO

As unidades de conservação como um importante instrumento de conservação da diversidade biológica e cultural se constituem na manutenção da integridade de espécies, populações e ecossistemas, contribuindo para a manutenção de sistemas e meios tradicionais de sobrevivência de populações humanas. As de uso sustentável são as mais difundidas e aplicadas, tendo maior quantidade de UC's, destacando a categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural;

A proteção integral - Parque Nacional/Estadual/Municipal tem maior número de UC's neste tipo de uso e manejo;

Nas instâncias federais e estaduais são evidenciadas quantidades significativas de Unidades de Conservação com Uso Sustentável;

A proteção integral tem maior número de UC's, tendo como instância responsável o município de localização.

REFERÊNCIAS

Unidade de Conservação no Brasil (UCs) e Instituto Socioambiental (ISA). 2018. Disponível em <<https://uc.socioambiental.org/prote%C3%A7%C3%A3o-integral/reserva-biol%C3%B3gica>>. Acesso em 15 de Maio de 2018.

Brasil. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC:** Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF. 32p., 2000.

Delelis, C. J.; Rehder, T.; Cardoso, T. M. **Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco brasileira.** Brasília: MMA – Ministério do Meio Ambiente; Embaixada da França no Brasil. CDS UNB, p. 148, 2010.

Hockings, M. **Evaluating effectiveness: a framework for assessing the management of protected areas.** WCPA. (WWF/UICN Forest Innovations Project). Best Practice Protected Area Guidelines Series no. 6, 2008.

Horowitz, C. **A sustentabilidade da biodiversidade em Unidades de Conservação de Proteção Integral: Parque Nacional de Brasília.** Brasília: UNB/ CDS. 329 p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, 2003.

IBAMA. Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil. IBAMA, WWF-Brasil. – Brasília: IBAMA. 2007.

Lederman, M. R. Avaliação da Efetividade de Manejo em Unidades de Conservação. Apresentação para o Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas, 2010.

Maciel, B. A. Mosaicos de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

UICN. Evaluating Effectiveness. A Framework for Assessing the Management of Protected Areas. Org. by Hockings, M.; Stolton, S. E Dudley, N. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN. **Working Group on Management Effectiveness**, p. 121, 2000.